

OK

Processo nº. 1/3310/2009

Conselheiro Relator: Cícero Roger Macedo Gonçalves



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS - CRT

RESOLUÇÃO Nº 458 /2013
2ª CÂMARA DE JULGAMENTO
44ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA EM: 24/05/13
PROCESSO Nº 1/3310/2009
AUTO DE INFRAÇÃO Nº 2/200908099-2
RECORRENTE: GOL TRANSPORTES AÉREOS S.A
RECORRIDA: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA
AUTUANTE: Aleksandra P. G. de Farias
MATRÍCULA: 103605-1-x
RELATOR: Conselheiro Cícero Roger Macedo Gonçalves

EMENTA: TRANSPORTE DE MERCADORIA DESTINADA À CONTRIBUINTE BAIXADO DO CGF. 1. A empresa autuada emitiu nota fiscal à contribuinte baixado no Cadastro geral da Fazenda. Recurso voluntário conhecido e não provido. 2. Preliminares de Nulidades e Extinção afastadas. 3. Auto de infração julgado **PROCEDENTE**, por unanimidade de votos, haja vista a caracterização do ilícito tributário em desconformidade com os parâmetros determinados pela Legislação Tributária Estadual. Confirmada a decisão prolatada na instância singular, em conformidade com o parecer da *Consultoria Tributária* adotado pelo representante da douda Procuradoria Geral do Estado. 4. Infringência ao art. 92 c/c art. 170, II, alínea "i" do Decreto 24.569/97 5. Penalidade inserta no art. 123, III, alínea "k" Lei 12.670/96.

RELATÓRIO

A peça fiscal submetida a nosso exame tem o seguinte relato:
entrega remessa, transporte ou recebimento de mercadorias ou bens destinados a contribuinte baixado do CGF. A companhia aérea acima identificada conduzia mercadorias conforme descritas no CGM nº 91/09, através do AWB 3349511 e NF 87269, emitida por ESSILOR, com destino a otiprodutos CGF 068627475 que se encontra baixado de ofício. Feito TRMDF 4525/09 e expirado o prazo lavramos o A.I, crédito de origem R\$ 406,61.



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS - CRT

Após indicar os dispositivos legais infringidos o agente fiscal aponta como penalidade o Art.123, inciso III, alínea "k", da Lei nº 12.670/96.

Anexos aos autos estão os seguintes documentos:

- CGM nº 91/2009;
- Notas fiscais de saída nº 87269 às fls. 04/05;
- Documento fiscal às fls. 06;
- Termo de Retenção ou Apreensão às fls. 07;
- Controle de Mercadorias em Trânsito às fls. 08;
- Termo de Revelia e Despacho às fls. 09.

Às fls. 10/12 temos o julgamento monocrático que decide pela **PROCEDÊNCIA** da ação fiscal, em virtude da nota fiscal nº 87269, objeto do Auto de Infração, endereçar mercadoria à contribuinte baixado de ofício do Cadastro Geral da Fazenda, violando o preceito estabelecido no art. 92 do RICMS. Ademais, inferiu que na forma da IN nº 33/97, foi emitido Termo de Retenção ou Apreensão de Mercadorias, contudo, a irregularidade não foi sanada.

DEMONSTRATIVO

Principal	R\$ 341,90
Multa	R\$ 677,70
Total	R\$ 1.019,60

DO RECURSO VOLUNTÁRIO

A impugnante, irresignada com a decisão singular, interpôs recurso voluntário às fls. 39/66, alegando preliminarmente que: a ação fiscal é nula em razão do erro na identificação do sujeito passivo; nulidade em virtude da ausência de indicação da alíquota aplicada assim como do erro no enquadramento legal da autuação. Na seara meritória, inferiu sobre a impossibilidade de imputar a recorrente a responsabilidade pelo crédito tributário e demais



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS - CRT

Após indicar os dispositivos legais infringidos o agente fiscal aponta como penalidade o Art.123, inciso III, alínea "k", da Lei nº 12.670/96.

Anexos aos autos estão os seguintes documentos:

- CGM nº 91/2009;
- Notas fiscais de saída nº 87269 às fls. 04/05;
- Documento fiscal às fls. 06;
- Termo de Retenção ou Apreensão às fls. 07;
- Controle de Mercadorias em Trânsito às fls. 08;
- Termo de Revelia e Despacho às fls. 09.

Às fls. 10/12 temos o julgamento monocrático que decide pela **PROCEDÊNCIA** da ação fiscal, em virtude da nota fiscal nº 87269, objeto do Auto de Infração, endereçar mercadoria à contribuinte baixado de ofício do Cadastro Geral da Fazenda, violando o preceito estabelecido no art. 92 do RICMS. Ademais, inferiu que na forma da IN nº 33/97, foi emitido Termo de Retenção ou Apreensão de Mercadorias, contudo, a irregularidade não foi sanada.

DEMONSTRATIVO

Principal	R\$ 341,90
Multa	R\$ 677,70
Total	R\$ 1.019,60

DO RECURSO VOLUNTÁRIO

A impugnante, irresignada com a decisão singular, interpôs recurso voluntário às fls. 39/66, alegando preliminarmente que: a ação fiscal é nula em razão do erro na identificação do sujeito passivo; nulidade em virtude da ausência de indicação da alíquota aplicada assim como do erro no enquadramento legal da autuação. Na seara meritória, inferiu sobre a impossibilidade de imputar a recorrente a responsabilidade pelo crédito tributário e demais



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS - CRT

obrigações inerentes. Por fim, informou que o contribuinte de fato é o destinatário da mercadoria, destacando, ainda, da improcedência da multa exigida requerendo o cancelamento integral da exigência fiscal perpetrada.

DO PARECER DA CONSULTORIA TRIBUTÁRIA

Através de Parecer de Nº508/2011 a Consultoria Tributária opinou pelo conhecimento do recurso voluntário, negando-lhe provimento, para que fosse mantida a **PROCEDÊNCIA** do Auto de Infração.

Eis o breve relatório.

VOTO DO RELATOR

Trata-se de Recurso Voluntário interposto por **GOL TRANSPORTES AÉREOS S.A** em face de **CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA**, objetivando, em síntese, a revisão da decisão exarada no juízo originário no que compete ao auto de infração sob o nº. 2/200908099-2, nos termos da legislação processual vigente.

No processo *sub examine*, a requerente foi autuada por *transporte de mercadoria destinada a contribuinte baixado do CGF*, tendo a autuada realizado transporte mercadoria destinada à empresa baixada de ofício do Cadastro da Fazenda, no período de junho/2009 no montante de R\$ 4.403,00.

1. Das Preliminares

Em sede de recurso voluntário, a recorrente suscitou as seguintes preliminares de nulidade: nulidade em razão do erro na identificação do sujeito passivo, em face da ausência da alíquota aplicada e em razão de erro no enquadramento legal da autuação e extinção do processo haja vista a ilegitimidade passiva do contribuinte, qual seja, impossibilidade de imputar à recorrente a responsabilidade pelo crédito tributário.

Todavia, resta-nos afastá-las. A primeira nulidade, em virtude da empresa recorrente não mais existir no momento da lavratura do Auto de Infração. Segundo o art.



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS - CRT

132 do CTN, a responsabilidade pelos tributos devidos é do sucessor, se estendendo às multas, sejam elas moratórias ou punitivas, quando já integrante do passivo fiscal da sucedida no momento da sucessão. Ou seja, o sucessor constitui um sub-rogado nos débitos e créditos das sociedades adquiridas, divididas, incorporadas ou fusionadas.

No que diz respeito à extinção do feito fiscal pela ilegitimidade passiva, impende consignar o inserto no art. 21, inciso III, do Decreto nº 24.569/97, aduzindo que é responsável pelo pagamento do ICMS o transportador em relação à mercadoria. Dessa forma, como a autuada realizara transporte de mercadorias com documento fiscal inidôneo, a mesma estará descumprindo a legislação pertinente ao ICMS, razão pela qual será responsabilizada pelo pagamento do ICMS, conforme preceitua o artigo já deflagrado.

No que tange à nulidade por ausência da alíquota aplicada, ao analisar a peça exordial, nota-se que sua ausência não é óbice para o seguimento do presente processo, haja vista que não restou em prejuízo algum ao contribuinte. Assim, podemos afirmar que as afirmações do auto de infração encontram-se clara e suficientemente definida na acusação, não restando dúvidas que o contribuinte deixou de cumprir uma obrigação tributária, e por isso, conforme indicado na peça inicial, deve ser responsabilizado pecuniariamente pelo ilícito praticado. Ademais, o CGM de nº 91/2009 em conjunto com o relato do Auto de Infração, demonstram cristalinamente como se desenvolveu a formação do crédito tributário, indicando a base de cálculo e a multa pertinente ao caso..

Diante disso, conclui-se que a ausência da alíquota nos autos, em nada prejudica o andamento do processo, tão pouco à defesa do contribuinte não sendo motivo razoável para declarar a nulidade do feito fiscal.

Por fim, a nulidade em face de erro no enquadramento legal da autuação será rebatida à luz dos comentários tecidos na seara meritória.

2. Do Mérito

O Cadastro Geral da Fazenda – CGF, é o registro centralizado e sistematizado de todas as pessoas jurídicas ou físicas, que são contribuintes do ICMS, na qual deverão se inscrever, antes de iniciar suas atividades, por meio da internet ou da Célula de Execução da Administração Tributária – CEXAT da respectiva circunscrição fiscal. O referido



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS - CRT

cadastro deverá conter todos os dados e informações necessárias à identificação do contribuinte, sua localização, a classificação conforme sua natureza jurídica, a atividade econômica, o tipo de contribuinte e bem como o seu regime de recolhimento. Desse modo, é de relevância mencionar o art. 92 do Decreto 24.569/97 RICMS que afirma:

Art. 92. O Cadastro geral da Fazenda (CGF) é o registro centralizado e sistematizado no qual se inscreverão pela Internet, através do site da Secretaria da Fazenda www.sefaz.ce.gov.br, ou do Núcleo de Execução da Administração Tributária (NEXAT) da respectiva circunscrição fiscal, ou via Internet e antes de iniciarem suas atividades, todas as pessoas, físicas ou jurídica, definidas em lei como contribuintes do ICMS, e conterá dados e informações que os identificará, localizará e classificará segundo a sua natureza jurídica, atividade econômica, tipo de contribuinte e regime de recolhimento em:

Desse modo, também é importante destacar a informação inserta no art. 829 do Decreto nº 24.569/97, acerca das hipóteses da mercadoria ser considerada em situação irregular, senão vejamos:

*Art. 829: Entende-se por mercadoria em situação fiscal irregular aquela que, depositada ou em trânsito, for encontrada desacompanhada de documentação fiscal própria ou com documentação que acoberte o trânsito de mercadoria **destinada a contribuinte não identificado ou excluído do CGF** ou ainda, com documentação fiscal inidônea, na forma do art. 131. (Grifos nossos)*

Desta feita, não resta dúvidas a partir da interpretação do artigo supramencionado, que o documento fiscal em epígrafe foi levado à inidoneidade no momento em que a autuada conduzia mercadorias destinadas a contribuinte baixado de ofício no CGF. Tal fato se enquadra na hipótese prevista no inciso V do art. 131 do RICMS. Nesta trilha, correto o fiscal autuante quando enquadrou o contribuinte no presente ilícito tributário, afastando por completo a preliminar de nulidade referente a erro no enquadramento legal da autuação.

Não obstante, quanto ao argumento da autuada sobre a improcedência da multa exigida, destaca-se que a multa moratória estende à responsabilidade do



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS - CRT

sucessor, seja aplicada antes da data da sucessão, seja aplicada após aquela, sendo, neste caso, relativa ao período anterior à secessão, a qual sou filiado.

Nesta linha de raciocínio, fica patente a infração, haja vista que as mercadorias estavam sendo destinadas para uma empresa que se encontrava em baixa cadastral, indo de encontro aos parâmetros determinados pela legislação tributária. Depreende-se, portanto, que o agente fazendário agiu com estrita legalidade ao promover a autuação fiscal, sujeitando o autuado à penalidade esculpida no art. 123, III, alínea "k" Lei 12.670/96 que afirma:

Art.123: As infrações à legislação do ICMS sujeitam o infrator às seguintes penalidades, sem prejuízo do pagamento do imposto, quando for o caso:

III - relativamente à documentação e à escrituração:

k) entregar, remeter, transportar ou receber mercadorias destinados a contribuintes baixados do C.G.F.: multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor da operação; (Grifos acrescidos)

Ex positis, voto pelo conhecimento do recurso voluntário, afastando as preliminares de nulidade e a extinção nele suscitadas e, no mérito, negar-lhe provimento, para confirmar a decisão **condenatória** proferida em 1ª Instância, de acordo com o Parecer da Consultoria Tributária, adotado pelo representante da Procuradoria Geral do Estado.

É o VOTO.

DEMONSTRATIVO

Principal	R\$ 341,90
Multa (20%)	R\$ 677,70
Total	R\$ 1.019,60



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Fazenda


CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS - CRT

DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos em que é recorrente **GOL TRANSPORTES AÉREOS S.A** e recorrida **CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA**. A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Voluntário. Com relação às preliminares de suscitadas: a) Nulidade: em razão do erro na identificação do sujeito passivo; em razão da ausência da alíquota aplicada e em razão de erro no enquadramento legal da autuação; e b) Extinção: por ilegitimidade passiva (impossibilidade de imputar à recorrente a responsabilidade pelo crédito tributário) – Afastadas, por unanimidade de votos, adotando as razões e fundamentos constantes no Parecer da Consultoria Tributária, adotado pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. No mérito, também por unanimidade de votos, resolve negar provimento ao recurso interposto, para confirmar a decisão **condenatória** proferida em 1ª Instância, nos termos do voto do Conselheiro Relator e de acordo com o Parecer da Consultoria Tributária, adotado pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Francisco Wellington Ávila Pereira. Apesar de regularmente intimado, conforme pesquisa realizada no site da EBCT, o representante legal da recorrente não compareceu à sessão para apresentação de sustentação oral.

SALA DAS SESSÕES DA 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS, em Fortaleza, aos 08 de agosto de 2013.


Alfredo Rogério Gomes de Brito
Presidente

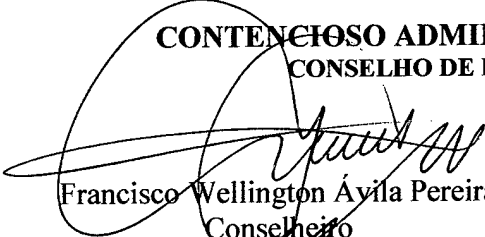

Lúcia de Fátima Calou de Araújo
Conselheira


Cícero Roger Macedo Gonçalves
Conselheiro Relator

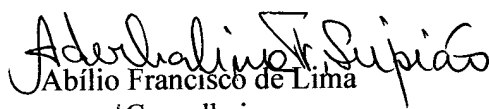


**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS - CRT


Francisco Wellington Ayala Pereira
Conselheiro


Valter Barbalho Lima
Conselheiro


Aderbalino Tr. Supiao
Abilio Francisco de Lima
p/Conselheiro

Filipe Pinho da Costa Leitão
Conselheiro


Agatha Louise Borges Macedo
Conselheira


Samuel Aragão Silva
Conselheiro

Ubiratan Ferreira de Andrade
Procurador do Estado

